

# Termo de Referência 64/2023

## Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
64/2023	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	CESAR AUGUSTO DI DOMENICO	28/08/2023 14:16 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; 284/2022		23205.017710/2023-72

## 1. Definição do objeto

1.1. Contratação de solução logística de manutenção do sistema de rodagem de veículos, máquinas e implementos agrícolas e outros equipamentos, contemplando a aquisição de pneus, câmaras de ar, válvulas pneumáticas e a prestação de serviços de montagem e conserto de pneus, balanceamento e conserto de rodas e geometria de veículos da UFFS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Cód. catálogo materiais	Catmat /Catser	Descrição do item	Quantidade para 30 meses	Valor Unitário	Valor Total
1	1	3039001100032	314638	Câmara de ar para pneu 12.4 x 24, dianteiro, R1	12	217,13	2.605,56
	2	3039001100031	355060	Câmara de ar para pneu 18.4 x 30, traseiro, R1	12	481,53	5.778,36
	3	3039001100036	251053	Câmara de ar para pneu 3.25-8	12	37,20	446,40
	4	3039001000019	335133	Câmara de ar para pneu 3.50-8	24	39,53	948,72
	5	3039001100035	438315	Câmara de ar para pneu 6.00 x 12	12	102,26	1.227,12
	6	3039001100034	313815	Câmara de ar para pneu 6.50 x 16 F-2	12	114,91	1.378,92
	7	3039001100033	244667	Câmara de ar para pneu 7.50 x 16	12	89,87	1.078,44
	8	3039001100029	31291	Pneu Agrícola 10.5/65 R16, 14 lonas	16	917,47	14.679,52
	9	3039001100028	31291	Pneu Agrícola 11 L-15	16	784,96	12.559,36
	10	3039001000013	31291	Pneu Agrícola 12.4 x 24, dianteiro, R1 – Garra normal	14	2.398,50	33.579,00
	11	3039001100040	31291	Pneu Agrícola 13.6 x 38 – R1, 14 lonas	6	3.288,80	19.732,80
	12	3039001100038	31291	Pneu Agrícola 14.9 x 24, traseiro, R1 – garra normal	6	2.689,28	16.135,68
	13	3039001100030	31291	Pneu Agrícola 15 x 6.00 – 6	16	248,18	3.970,88
	14	3039001100027	31291	Pneu Agrícola 16 x 6.50 – 8	12	469,09	5.629,08
	15	3039001100026	31291	Pneu Agrícola 165/70 R13	16	315,60	5.049,60
	16	3039001100025	31291	Pneu Agrícola 175/70 R13	12	314,36	3.772,32
	17	3039001000011	31291	Pneu Agrícola 18.4 x 30, traseiro, R1 – Garra normal	14	5.182,49	72.554,86
	18	3039001100024	31291	Pneu Agrícola 20 x 8.00 – 8	16	870,39	13.926,24
	19	3039001100041	31291	Pneu Agrícola 4.00 x 8	6	284,98	1.709,88
	20	3039001100023	31291	Pneu Agrícola 6.00 x 12, R1	10	614,45	6.144,50

	21	3039001100022	31291	Pneu Agrícola 6.00 x 16	12	663,89	7.966,68
	22	3039000100037	31291	Pneu Agrícola 6.50 x 10	12	622,43	7.469,16
	23	3039001100021	31291	Pneu Agrícola 6.50 x 16	20	629,65	12.593,00
	24	3039001000012	31291	Pneu Agrícola 7.50 x 16	12	810,66	9.727,92
	45	3039001000018	348492	Pneu Industrial 3.25-8	12	50,22	602,64
	46	3039001000017	335134	Pneu Industrial 3.50-8	24	78,59	1.886,16
<b>TOTAL GRUPO 1</b>							<b>263.152,80</b>
Grupo	Item	Cód. catálogo materiais	Catmat /Catser	Descrição do item	Quantidade para 30 meses	Valor Unitário	Valor Total
2	25	3039001000022	31291	Pneu Automotivo 165/70 R13	24	310,98	7.463,52
	26	3039001000025	31291	Pneu Automotivo 165/70 R14	8	333,97	2.671,76
	27	3039001100019	31291	Pneu Automotivo 175/65 R14	16	320,98	5.135,68
	28	3039001000023	31291	Pneu Automotivo 175/70 R14	24	361,33	8.671,92
	29	3039001100015	31291	Pneu Automotivo 185/60 R15	6	416,48	2.498,88
	30	3039001000015	31291	Pneu Automotivo 185/65 R15	12	345,73	4.148,76
	31	3039001000001	31291	Pneu Automotivo 185/70 R14	30	369,58	11.087,40
	32	3039001000024	31291	Pneu Automotivo 195/55 R15	8	351,48	2.811,84
	33	3039001100016	31291	Pneu Automotivo 195/65 R15	6	447,48	2.684,88
	34	3039001000006	31291	Pneu Automotivo 195/70 R15	46	487,98	22.447,08
	35	3039001000005	31291	Pneu Automotivo 205/55 R16	6	396,23	2.377,38
	36	3039001000003	31291	Pneu Automotivo 205/75 R16	6	583,48	3.500,88
	37	3039001000002	31291	Pneu Automotivo 215/75 R17.5	10	821,23	8.212,30
	38	3039001100045	31291	Pneu Automotivo 225/45 R17	8	570,73	4.565,84
	39	3039001000007	31291	Pneu Automotivo 235/70 R16	60	710,48	42.628,80
	40	3039001100017	31291	Pneu Automotivo 235/75 R15	6	633,48	3.800,88
	41	3039001000014	31291	Pneu Automotivo 245/70 R16	16	790,98	12.655,68
	42	3039001000004	31291	Pneu Automotivo 255/70 R16	6	790,23	4.741,38
	43	3039001100044	31291	Pneu Automotivo 265/70 R16	32	1.285,09	41.122,88
	44	3039001100042	31291	Pneu Automotivo 295/80 R22.5	8	2.309,63	18.477,04
	56	3039001100011	128945	Válvula Pneumática	120	11,67	1.400,40
<b>TOTAL GRUPO 2</b>							<b>213.105,18</b>
Grupo	Item	Cód. catálogo materiais	Catmat /Catser	Descrição do item	Quantidade para 30 meses	Valor Unitário	Valor Total
3	47	3919001100006	10146	Serviço de alinhamento e geometria de automóvel	50	80,00	4.000,00
	49	3919001100008	10154	Serviço de balanceamento de rodas de automóvel	100	23,44	2.344,00
	53	3919001100023	10175	Serviço de montagem de pneu de automóvel	100	16,67	1.667,00
	55	3919001100012	13552	Serviço de reparo de pneus e câmara de ar	40	32,50	1.300,00
<b>TOTAL GRUPO 3</b>							<b>9.311,00</b>
Grupo	Item	Cód. catálogo materiais	Catmat /Catser	Descrição do item	Quantidade para 30 meses	Valor Unitário	Valor Total
4	48	3919001100007	10146	Serviço de alinhamento e geometria de caminhão, caminhonete e van	60	153,00	9.180,00
	50	3919001100009	10154	Serviço de balanceamento de rodas de caminhão, caminhonete e van	160	40,00	6.400,00
	51	3919001100010	27790	Serviço de conserto de rodas de aço	20	87,50	1.750,00
	52	3919001100011	27790	Serviço de conserto de rodas de liga leve	40	106,67	4.266,80
				Serviço de montagem de pneu de			

54	3919001100024	10175	caminhão, caminhonete e van	160	25,00	4.000,00
<b>TOTAL GRUPO 4</b>						<b>25.596,80</b>
<b>VALOR GLOBAL</b>						<b>511.165,78</b>

1.2. Os materiais e serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é um serviço essencial para a manutenção contínua das atividades da UFFS, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 1234780000150-0-000001/2023;

II) Data de publicação no PNCP: 14/02/2023;

III) Id do item no PCA: 830;

IV) Classe/Grupo: PNEUS E CÂMARAS DE AR, EXCETO OS DE AERONAVES;

V) Identificador da Futura Contratação: PROJETO 284/2022.

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade

4.1. Dos critérios de Sustentabilidade.

4.1.1. Em atenção às disposições dos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, da legislação correlata, e conforme orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR /CGU/AGU, 5ª Edição, julho/2022**, para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens constantes na tabela do item 1 deste Termo de Referência deverão ser observadas as exigências de certificação ambiental abaixo:

Itens	A descrição compreende	Base legal consultada	Requisito de certificação ambiental
			Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	Câmaras de ar para pneus	<b>Categoria</b> 9 - Indústria de Borracha <b>FTE consultada:</b> 9 – 5: Fabricação de câmara de ar	ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica. <b>IMPORTANTE</b> a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 4.1.3.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ <b>ENCARTE B</b> ” (item 4.1.3.1. do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar <b>Declaração de Origem do Produto</b> (item 4.1.3.3. do TR).
8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46	Pneus	<b>Categoria</b> 9 – Indústria de Borracha <b>F T E consultada:</b> 9 – 6: Fabricação de pneumáticos	Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica. <b>IMPORTANTE</b> a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 4.1.3.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ <b>ENCARTE B</b> ” (item 4.1.3.1. do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar <b>Declaração de Origem do Produto</b> (item 4.1.3.3. do TR).

4.1.2. Quando for solicitada a apresentação de **Certificado de Regularidade do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA - CTF/APP, o Certificado deverá estar válido e conter chave de autenticação eletrônica**, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, e legislação correlata.

4.1.2.1. O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

4.1.2.2. As fichas de enquadramento (FTEs) encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do IBAMA.

4.1.2.3. Cabe informar que o Cadastro Técnico Federal e demais licenças ambientais, será solicitado para os produtos fabricados nacionalmente, uma vez que o mesmo se refere ao uso de recursos naturais e modo de produção no país.

4.1.3. Caso não se confirme a adequação da certificação ambiental do produto conforme constante no Termo de Referência, a proposta selecionada será desclassificada, exceto quando:

4.1.3.1. **O fabricante for dispensado do registro ambiental, por força de dispositivo legal**, a licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei conforme Modelo de declaração disponível no anexo V do Termo de Referência.

4.1.3.2. **Não for possível a obtenção do registro no CTF/APP, a licitante poderá cadastrar outras licenças ambientais do fabricante, em nível municipal e/ou estadual**, desde que correlatas a natureza do objeto, sob pena de não-aceitação/habilitação da Proposta.

#### 4.1.3.3. Se tratar de produtos de fabricação estrangeira, a Licitante deverá apresentar Declaração de Origem do Produto.

4.1.4. A aquisição de bens e a contratação de serviços e obras pela NLLC baseia-se na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, e em atenção ao disposto nos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (grifo nosso)

[...]

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

**IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.**

4.1.5. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133, de 2021, tem relação com o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, que visa “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis” e fixou em sua meta nº 12.7, a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

4.1.6. Para os serviços que envolvem trocas e reparos de pneus e câmaras pneumáticas, desse Termo de Referência, fica a contratada obrigada a providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus e câmaras usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a substituição do pneumático, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, sem ônus para a contratante, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010, Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.

4.1.7. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

#### **Subcontratação**

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: solução logística de manutenção do sistema de rodagem de veículos, máquinas e implementos agrícolas e outros equipamentos.

4.2.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) do contrato.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

#### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria**

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato.

5.1.2. Para os grupos 1 e 2 de aquisição de pneus, câmaras de ar e válvulas pneumáticas, as contratadas não necessitam sede em Chapecó, mas todos os itens deverão ser entregues na cidade de Chapecó/SC.

5.1.2.1. Para a entrega dos pneus, a contratada terá o prazo máximo de 15 dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

5.1.3. Para os grupos 3 e 4 de prestação dos serviços as contratadas deverão estar localizadas na cidade de Chapecó/SC, situação está que deverá ser comprovada na assinatura do contrato, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

5.1.3.1. Quando da necessidade de execução de algum serviço objeto deste pedido, a UFFS notificará a contratada, via e-mail, devendo esta agendar o atendimento no limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da Ordem de Serviço.

5.1.3.2. A contratada terá prazo de 04 (quatro) horas para a conclusão dos serviços e a entrega do veículo. Este prazo será contado a partir do horário agendado pela contratada, conforme item anterior.

5.1.4. Caso o mesmo fornecedor seja vencedor de grupos de entrega de pneus e serviços, a entrega dos pneus se dará em conjunto com a realização da montagem e dos serviços relacionados.

5.1.4.1. Neste caso, o prazo de entrega dos pneus passa a ser de 48 horas, mesmo prazo da realização dos serviços, previsto no item 5.1.3.1. A contratada poderá solicitar prorrogação justificada via e-mail, que deverá ser aceita pelos fiscais do contrato prorrogando o prazo para até 15 dias corridos conforme previsto no item 5.1.2.1.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.3.1. A aquisição dos materiais e contratação dos serviços objeto deste pedido se dará na medida exata em que surgirem as demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

5.3.2. Os quantitativos foram estimados com base no histórico da UFFS.

5.3.3. As solicitações dos itens dos grupos 1 e 2 serão agrupadas e solicitadas uma vez por mês conforme necessidade, podendo ocorrer solicitações adicionais em casos de urgência.

5.3.4. As solicitações dos itens dos grupos 3 e 4 serão realizadas conforme necessidade da UFFS, podendo ocorrer mais de um agendamento para o mesmo dia.

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.4. O prazo de garantia da prestação de serviços, itens 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54, é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. O prazo de garantia contratual para o serviço conserto de pneus (remendo), item 55, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. O prazo de garantia contratual para os pneus, grupos 1 e 2, será de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo própria contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12. Uma vez notificado, a contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo contratada ou pela assistência técnica autorizada.

5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pelo Contratante.

5.14. Na hipótese do subitem acima, a contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da contratada.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Atraso na entrega de pneus (um ponto por dia de atraso injustificado);

7.3.2. Atraso na realização dos serviços (um ponto a cada 2 horas de atraso injustificado);

7.3.3. Não realizar os serviços demandados de acordo com o disposto no Termo de Referência e seus anexos;

7.3.4. Não fornecer suporte, fornecer suporte diferente das especificações ou não realizar as correções quando necessário;

7.3.5. Recusar-se a executar o serviço determinado pela fiscalização do contrato injustificadamente;

7.3.6. Não cumprir determinações e notificações;

7.3.7. Executar serviço de modo incompleto injustificadamente;

7.3.8. Não apresentar com presteza e integralidade as informações solicitadas pela fiscalização do contrato;

7.3.9. Não apresentar com presteza e integralidade as informações solicitadas pela gestão do contrato;

7.3.10. Não manter funcionário com qualificação para executar os serviços contratados;

7.3.11. Não manter ferramentas e/ou equipamentos necessários para executar os serviços contratados.

### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.  
Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1.1. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da parcela a ser contratada;

8.28.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 511.165,78

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 511.165,78 (quinhentos e onze mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26440/158517

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

IV) Programa de Trabalho Resumido: 171285

V) Elemento de Despesa: 339030

VI) Plano Interno: MR007N0100N

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ADILSON ZACARIAS DA SILVA**

Equipe de planejamento

**GELSON ROQUE GUZZON**

Equipe de planejamento

**CESAR AUGUSTO DI DOMENICO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 28/08/2023 às 14:16:25.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo 1 - ETP44\_2023.pdf (100.09 KB)
- Anexo II - Anexo 2 - MR40\_2023.pdf (51.86 KB)
- Anexo III - Anexo 3 - IMR.pdf (149.38 KB)
- Anexo IV - Anexo 4 - Ordem de Serviço.pdf (78.67 KB)
- Anexo V - Anexo 5 - Modelo de declaração ambiental.pdf (63.69 KB)

**Anexo I - Anexo 1 - ETP44\_2023.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 44/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.017710/2023-72

## 2. Descrição da necessidade

Contratação de solução logística de manutenção do sistema de rodagem de veículos, máquinas e implementos agrícolas e outros equipamentos, contemplando a aquisição de pneus, câmaras de ar, válvulas pneumáticas e a prestação de serviços de montagem e conserto de pneus, balanceamento e conserto de rodas e geometria de veículos da UFFS.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Transportes e Logística - DTL	Gelson Roque Guzzon

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A licitante interessada deverá:

Ser empresa do ramo de atividade que guarde pertinência e compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação;

Ter conhecimento de que seu credenciamento junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

Realizar os cadastros necessários, conforme exigências especificadas no Edital, bem como, conferir seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente a correção, ou a alteração dos registros tão logo identifique a incorreção, bem como àqueles que se tornem desatualizados.

Atender todas as demais exigências descritas no respectivo edital.

Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que será de 30 meses podendo ser prorrogado por até 120 meses.

## 5. Levantamento de Mercado

Os valores da pesquisa de preços foram obtidos com a utilização da seguinte metodologia: soma dos preços obtidos com a cotação de 3 (três) fornecedores locais. Itens com menos de três orçamentos serão cotados de outras formas ou justificado. Para a obtenção do Valor Total Estimado por Item foi utilizado o Valor Unitário Médio. O valor total estimado resultou da soma dos Valores Totais Estimados por Item.

## 6. Descrição da solução como um todo

Os serviços e materiais objetos desta contratação são caracterizados como comuns considerando que são realizados em várias empresas de praticamente todos os municípios do Brasil. São serviços com padrões pré-estabelecidos e facilmente comparáveis entre si e os materiais todos com modelos pré-estabelecidos de tipo e tamanho.

Para os grupos de prestação dos serviços as contratadas deverão estar localizadas na cidade de Chapecó/SC, situação está que deverá ser comprovada na assinatura do contrato. Essa necessidade justifica-se pelo motivo de que é o local mais centralizado entre os campi da UFFS para a prestação dos serviços, o que torna o custo o menos possível para a administração devido ao deslocamento dos veículos ser menor. Também é onde fica localizado o DTL que é o setor responsável pelos veículos da UFFS, facilitando o acompanhamento da situação de cada veículo, já que estes estariam presencialmente no setor quando na realização da manutenção do sistema de rodagem.

Para os grupos de aquisição de pneus, câmaras de ar e válvulas pneumáticas, as contratadas não necessitam sede em Chapecó, mas todos os itens deverão ser entregues na cidade de Chapecó/SC.

A aquisição dos materiais e contratação dos serviços objeto deste pedido se dará na medida exata em que surgirem as demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Quando da necessidade de execução de algum serviço objeto deste pedido, a UFFS notificará a Contratada, via e-mail, devendo esta agendar o atendimento no limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da Ordem de Serviço.

A Contratada terá prazo de 04 (quatro) horas para a conclusão dos serviços e a entrega do veículo. Este prazo será contado a partir do horário agendado pela Contratada, conforme item anterior.

Para a entrega dos pneus, a Contratada terá o prazo máximo de 15 dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Garantia: Para os pneus a garantia será de mínimo 5 anos contra de-feitos de fabricação, contado(s) da data efetiva de entrega do produto.

Para os serviços de balanceamento, alinhamento/geometria a garantia deverá ser de 3 meses, exceto em casos onde for constatado que o veículo teve uma utilização em rodovias acidentadas ou má utilização do condutor. Para o conserto de pneus (remendo) a garantia deverá ser de no mínimo 1 (um) ano contado(s) da data efetiva de entrega/instalação. O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, será suportado exclusivamente pela contratada.

A contratada obrigar-se-á reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, num prazo de no máximo de 5 (cinco) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, reconicionados, recapados, ou outros quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso.

O recebimento dos produtos não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações, contidas no Termo de Referência e no Edital para a aceitação definitiva.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

GRUPO	ITEM	CÓDIGO CATÁLOGO	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO DO ITEM	Quantidade
1	1	3039001100032	314638	Câmara de ar para pneu 12.4 x 24, dianteiro, R1	12
1	2	3039001100031	355060	Câmara de ar para pneu 18.4 x 30, traseiro, R1	12
1	3	3039001100036	251053	Câmara de ar para pneu 3.25-8	12
1	4	3039001000019	335133	Câmara de ar para pneu 3.50-8	24
1	5	3039001100035	438315	Câmara de ar para pneu 6.00 x 12	12
1	6	3039001100034	313815	Câmara de ar para pneu 6.50 x 16 F-2	12
1	7	3039001100033	244667	Câmara de ar para pneu 7.50 x 16	12
1	8	3039001100029	31291	Pneu Agrícola 10.5/65 R16, 14 lonas	16
1	9	3039001100028	31291	Pneu Agrícola 11 L-15	16
1	10	3039001000013	31291	Pneu Agrícola 12.4 x 24, dianteiro, R1 – Garra normal	14

1	11	3039001100040	31291	Pneu Agrícola 13.6 x 38 – R1, 14 lonas	6
1	12	3039001100038	31291	Pneu Agrícola 14.9 x 24, traseiro, R1 – garra normal	6
1	13	3039001100030	31291	Pneu Agrícola 15 x 6.00 – 6	16
1	14	3039001100027	31291	Pneu Agrícola 16 x 6.50 – 8	12
1	15	3039001100026	31291	Pneu Agrícola 165/70 R13	16
1	16	3039001100025	31291	Pneu Agrícola 175/70 R13	12
1	17	3039001000011	31291	Pneu Agrícola 18.4 x 30, traseiro, R1 – Garra normal	14
1	18	3039001100024	31291	Pneu Agrícola 20 x 8.00 – 8	16
1	19	3039001100041	31291	Pneu Agrícola 4.00 x 8	6
1	20	3039001100023	31291	Pneu Agrícola 6.00 x 12, R1	10
1	21	3039001100022	31291	Pneu Agrícola 6.00 x 16	12
1	22	3039000100037	31291	Pneu Agrícola 6.50 x 10	12
1	23	3039001100021	31291	Pneu Agrícola 6.50 x 16	20
1	24	3039001000012	31291	Pneu Agrícola 7.50 x 16	12
2	25	3039001000022	31291	Pneu Automotivo 165/70 R13	24
2	26	3039001000025	31291	Pneu Automotivo 165/70 R14	8
2	27	3039001100019	31291	Pneu Automotivo 175/65 R14	16
2	28	3039001000023	31291	Pneu Automotivo 175/70 R14	24
2	29	3039001100015	31291	Pneu Automotivo 185/60 R15	6
2	30	3039001000015	31291	Pneu Automotivo 185/65 R15	12
2	31	3039001000001	31291	Pneu Automotivo 185/70 R14	30
2	32	3039001000024	31291	Pneu Automotivo 195/55 R15	8
2	33	3039001100016	31291	Pneu Automotivo 195/65 R15	6
2	34	3039001000006	31291	Pneu Automotivo 195/70 R15	46
2	35	3039001000005	31291	Pneu Automotivo 205/55 R16	6
2	36	3039001000003	31291	Pneu Automotivo 205/75 R16	6
2	37	3039001000002	31291	Pneu Automotivo 215/75 R17.5	10
2	38	3039001100045	31291	Pneu Automotivo 225/45 R17	8
2	39	3039001000007	31291	Pneu Automotivo 235/70 R16	60
2	40	3039001100017	31291	Pneu Automotivo 235/75 R15	6
2	41	3039001000014	31291	Pneu Automotivo 245/70 R16	16
2	42	3039001000004	31291	Pneu Automotivo 255/70 R16	6
2	43	3039001100044	31291	Pneu Automotivo 265/70 R16	32
2	44	3039001100042	31291	Pneu Automotivo 295/80 R22.5	8
1	45	3039001000018	348492	Pneu Industrial 3.25-8	12
1	46	3039001000017	335134	Pneu Industrial 3.50-8	24
3	47	3919001100006	10146	Serviço de alinhamento e geometria de automóvel	50
4	48	3919001100007	10146	Serviço de alinhamento e geometria de caminhão, caminhonete e van	60
3	49	3919001100008	10154	Serviço de balanceamento de rodas de automóvel	100
4	50	3919001100009	10154	Serviço de balanceamento de rodas de caminhão, caminhonete e van	160
4	51	3919001100010	27790	Serviço de conserto de rodas de aço	20
4	52	3919001100011	27790	Serviço de conserto de rodas de liga leve	40
3	53	3919001100023	10175	Serviço de montagem de pneu de automóvel	100
4	54	3919001100024	10175	Serviço de montagem de pneu de caminhão, caminhonete e van	160
3	55	3919001100012	13552	Serviço de reparo de pneus e câmara de ar	40
2	56	3039001100011	128945	Válvula Pneumática	120

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 511.165,78

A estimativa de contratação atual para 30 meses é de R\$ 511.165,78 (quinhentos e onze mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O critério escolhido para a adjudicação deverá ser menor preço por grupo de itens. A reunião em 4 grupos de itens visa principalmente o ganho em economia de escala. As empresas vencedoras do certame ficarão habilitadas para a entrega dos pneus e/ou realização dos serviços, facilitando a gestão do contrato por parte da Administração Pública. A solução adotada não restringe a competitividade em razão da existência de várias empresas que prestam os serviços objeto do presente pedido de compras.

Os grupos ficam divididos da seguinte maneira:

Grupo	Item	Cód. catálogo materiais	Catmat/Catser	Descrição do item
1	1	3039001100032	314638	Câmara de ar para pneu 12.4 x 24, dianteiro, R1
	2	3039001100031	355060	Câmara de ar para pneu 18.4 x 30, traseiro, R1
	3	3039001100036	251053	Câmara de ar para pneu 3.25-8
	4	3039001000019	335133	Câmara de ar para pneu 3.50-8
	5	3039001100035	438315	Câmara de ar para pneu 6.00 x 12
	6	3039001100034	313815	Câmara de ar para pneu 6.50 x 16 F-2
	7	3039001100033	244667	Câmara de ar para pneu 7.50 x 16
	8	3039001100029	31291	Pneu Agrícola 10.5/65 R16, 14 lonas
	9	3039001100028	31291	Pneu Agrícola 11 L-15
	10	3039001000013	31291	Pneu Agrícola 12.4 x 24, dianteiro, R1 – Garra normal
	11	3039001100040	31291	Pneu Agrícola 13.6 x 38 – R1, 14 lonas
	12	3039001100038	31291	Pneu Agrícola 14.9 x 24, traseiro, R1 – garra normal
	13	3039001100030	31291	Pneu Agrícola 15 x 6.00 – 6
	14	3039001100027	31291	Pneu Agrícola 16 x 6.50 – 8
	15	3039001100026	31291	Pneu Agrícola 165/70 R13
	16	3039001100025	31291	Pneu Agrícola 175/70 R13
	17	3039001000011	31291	Pneu Agrícola 18.4 x 30, traseiro, R1 – Garra normal
	18	3039001100024	31291	Pneu Agrícola 20 x 8.00 – 8
	19	3039001100041	31291	Pneu Agrícola 4.00 x 8
	20	3039001100023	31291	Pneu Agrícola 6.00 x 12, R1
	21	3039001100022	31291	Pneu Agrícola 6.00 x 16
	22	3039000100037	31291	Pneu Agrícola 6.50 x 10
	23	3039001100021	31291	Pneu Agrícola 6.50 x 16
	24	3039001000012	31291	Pneu Agrícola 7.50 x 16
	45	3039001000018	348492	Pneu Industrial 3.25-8
	46	3039001000017	335134	Pneu Industrial 3.50-8

Grupo	Item	Cód. catálogo materiais	Catmat/Catser	Descrição do item
	25	3039001000022	31291	Pneu Automotivo 165/70 R13
	26	3039001000025	31291	Pneu Automotivo 165/70 R14
	27	3039001100019	31291	Pneu Automotivo 175/65 R14
	28	3039001000023	31291	Pneu Automotivo 175/70 R14
	29	3039001100015	31291	Pneu Automotivo 185/60 R15
	30	3039001000015	31291	Pneu Automotivo 185/65 R15
	31	3039001000001	31291	Pneu Automotivo 185/70 R14
	32	3039001000024	31291	Pneu Automotivo 195/55 R15

2	33	3039001100016	31291	Pneu Automotivo 195/65 R15
	34	3039001000006	31291	Pneu Automotivo 195/70 R15
	35	3039001000005	31291	Pneu Automotivo 205/55 R16
	36	3039001000003	31291	Pneu Automotivo 205/75 R16
	37	3039001000002	31291	Pneu Automotivo 215/75 R17.5
	38	3039001100045	31291	Pneu Automotivo 225/45 R17
	39	3039001000007	31291	Pneu Automotivo 235/70 R16
	40	3039001100017	31291	Pneu Automotivo 235/75 R15
	41	3039001000014	31291	Pneu Automotivo 245/70 R16
	42	3039001000004	31291	Pneu Automotivo 255/70 R16
	43	3039001100044	31291	Pneu Automotivo 265/70 R16
	44	3039001100042	31291	Pneu Automotivo 295/80 R22.5
	56	3039001100011	128945	Válvula Pneumática

Grupo	Item	Cód. catálogo materiais	Catmat/Catser	Descrição do item
3	47	3919001100006	10146	Serviço de alinhamento e geometria de automóvel
	49	3919001100008	10154	Serviço de balanceamento de rodas de automóvel
	53	3919001100023	10175	Serviço de montagem de pneu de automóvel
	55	3919001100012	13552	Serviço de reparo de pneus e câmara de ar

Grupo	Item	Cód. catálogo materiais	Catmat/Catser	Descrição do item
4	48	3919001100007	10146	Serviço de alinhamento e geometria de caminhão, caminhonete e van
	50	3919001100009	10154	Serviço de balanceamento de rodas de caminhão, caminhonete e van
	51	3919001100010	27790	Serviço de conserto de rodas de aço
	52	3919001100011	27790	Serviço de conserto de rodas de liga leve
	54	3919001100024	10175	Serviço de montagem de pneu de caminhão, caminhonete e van

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica ao objeto da contratação sob estudo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está contemplada no Planejamento Pluri Anual no Objetivo específico 4 - Prover, com os campi da UFFS, os serviços de transporte institucionais. Também no Planejamento Anual do ano 2023 através do Plano de Ação denominado PROAD007 - Gestão da frota própria da UFFS e no Plano Anual de Contratações PROJETO 284/2022, item nº 830.

## 12. Justificativa do prazo contratual

No intuito de justificar o benefício do prazo contratual ser superior a 12 (doze) meses, considerou-se:

Ser um serviço essencial para a manutenção contínua das atividades da UFFS;

O histórico da UFFS com contratações similares, como exemplo o Contrato nº 17/2017 com vigência encerrada no dia 24/05/2022, o qual proporcionou o efetivo cumprimento dos 60 (sessenta) meses de prestação de serviços pela empresa contratada, assim visando também o princípio de economicidade;

Entende-se também que o contrato se torna mais atrativo para as empresas participantes do processo licitatório, gerando ampla competitividade, além de buscar eficiência na prestação destes serviços para todos os Campi da UFFS;

Ainda, o processo interno de contratação e fiscalização do contrato se torna otimizado, considerando a prestação dos serviços envolver todos os Campi da UFFS.

### 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de pneus automotivos, agrícolas e industriais, câmaras de ar, válvulas pneumáticas e a prestação de serviços de montagem e reparo dos pneus, balanceamento e conserto de rodas e o alinhamento dos veículos.

### 14. Providências a serem Adotadas

A aquisição pretendida decorre do final da vigência de contrato semelhante que foi executado com sucesso, porém devido ao pregão nº 10/2022 e 39/2022 terem sido frustrados, a equipe de planejamento deverá fazer contato imediatamente após a publicação deste novo processo licitatório com os possíveis fornecedores.

### 15. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

Nos termos da Instrução Normativa do IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso II e III, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30 /09/2009, a contratada deverá efetuar junto aos pontos de coleta e centrais de armazenamento o recolhimento e o descarte adequado dos pneus automotivos e seus afins substituídos, originários da contratação em vigor, sem quaisquer ônus para o contratante.

Os critérios e práticas de sustentabilidade veiculados como especificação técnica do produto ou descrição:

Implementar sistemas de logística reversa, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, mediante recolhimento do mesmo, junto ao seu usuário de origem, entregando-o ao estabelecimento comercial que houver fornecido o material a base de troca, para fins de sua reciclagem, ou destinação final ambientalmente adequada, estando a contratada registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas sejam observadas na sua integralidade.

### 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável devido aos estudos estarem baseados no histórico dos últimos anos adicionado as novas necessidades e preços compatíveis

Os preços estão de acordo com o mercado conforme pode ser observado nos orçamentos.

### 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ADILSON ZACARIAS DA SILVA**



Equipe de apoio

**GELSON ROQUE GUZZON**

Equipe de apoio

**CESAR AUGUSTO DI DOMENICO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 28/08/2023 às 13:00:31.*

**Anexo II - Anexo 2 - MR40\_2023.pdf**

## Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

40/2023

Responsável pela Edição

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Data de Criação

06/07/2023 18:43

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de empresa especializada solução logística de manutenção do sistema de rodagem de veículos, máquinas, implementos agrícolas e equipamentos

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Especificação insuficiente dos serviços	Falta de verificação ou verificação incorreta da necessidade atual da Unidade, em especial de alguma necessidade específica para atendimento de demanda (s) singular (es).	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Os serviços não atenderão todas as necessidades.					
2	Haverá prejuízos às atividades da UFFS.					
Ações Preventivas						
P-01	Descrever o (s) item (ns) do certame licitatório de forma a atender as especificações necessárias para o pleno atendimento das necessidades.			Responsáveis: Adilson Zacarias da Silva, GELSON ROQUE GUZZON		
P-02	Descrever de forma detalhada como os serviços deverão ser prestados.			Responsáveis: Adilson Zacarias da Silva, GELSON ROQUE GUZZON		
P-03	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de realização do serviço.			Responsáveis: Adilson Zacarias da Silva, GELSON ROQUE GUZZON		
Ações de Contingência						
C-01	Estudar o grau de insuficiência e verificar a possibilidade de rescisão contratual.			Responsáveis: GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva		
C-02	Iniciar um novo processo licitatório para atender as necessidades de forma plena.			Responsáveis: GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Atraso na conclusão do processo licitatório	Demora da equipe de planejamento da contratação ou do setor de aquisição, licitações e contratos em formular os documentos necessários ou gerenciar as fases do processo.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Não atendimento à demanda no prazo necessário.					
2	Haverá prejuízos às atividades da UFFS.					
Ações Preventivas						
P-01	Trabalhar com celeridade no processo.			Responsáveis: Adilson Zacarias da Silva, GELSON ROQUE GUZZON		
Ações de Contingência						
C-01	Continuidade no suprimento da demanda com outra estratégia			Responsáveis: Adilson Zacarias da Silva, GELSON ROQUE GUZZON		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Licitação deserta ou fracassada	Falha na fase interna do processo licitatório ou grande variação de preços praticados pelo mercado.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Demora na contratação do serviço.					
2	As atividades da unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Estimar de forma adequada os valores dos serviços, de forma que seja economicamente viável o contrato ao (s) licitante (s).			Responsáveis: GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva		

Ações de Contingência						
C-01	Atualizar o preço estimado para que reflita de forma real o valor praticado no mercado. Corrigir a pesquisa de preços.			<b>Responsáveis:</b> Adilson Zacarias da Silva, GELSON ROQUE GUZZON		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Estimativas de quantidades inadequadas dos serviços	Falta de memória de cálculo ou dos levantamento inadequado.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos	
1	Falha na realização dos serviços - subdimensionamento da demanda.
2	Possível dano ao Erário Público - superdimensionamento da demanda.
Ações Preventivas	
P-01	Estimar os quantitativos por meio de contratações anteriores e/ou levantamento que indique a real necessidade do quantitativo dos serviços a serem contratados. <b>Responsáveis:</b> GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva
P-02	Planejar os possíveis acréscimos de quantitativos com parcimônia e conforme índices de aumento realistas. <b>Responsáveis:</b> GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva
Ações de Contingência	
C-01	Reavaliar de forma criteriosa os quantitativos. <b>Responsáveis:</b> GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Interrupção do serviço por insolvência ou abandono da contratada	Verificação incorreta das condições de qualificação econômico-financeira do licitante contratado pelo setor de aquisição, licitações e contratos.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Interrupção dos serviços prestados.					
2	Abandono do instrumento de contrato por parte da contratada.					
3	As atividades da UFFS serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Avaliar de forma criteriosa a qualificação econômico-financeira do licitante vencedor para assegurar que ele tem as garantias requisitadas pela lei.			Responsáveis: Adilson Zacarias da Silva, GELSON ROQUE GUZZON		
Ações de Contingência						
C-01	Verificar a possibilidade de rescisão contratual.			Responsáveis: Adilson Zacarias da Silva, GELSON ROQUE GUZZON		
C-02	Abrir processo administrativo sancionador			Responsáveis: Adilson Zacarias da Silva, GELSON ROQUE GUZZON		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Serviço prestado de forma ineficaz em níveis de produtividade insuficiente	Fiscalização ineficiente do serviço pelo ou fiscal de contrato. Falta de um método de medição da qualidade do serviço prestado pela contratada por parte do fiscal de contrato.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
Impactos						
1	Haverá prejuízos às atividades da UFFS.					
2	Os serviços não atenderão todas as necessidades da UFFS.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz.			Responsáveis: GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva		
P-02	Estabelecer um índice de medição do serviço eficiente, conforme as especificações do instrumento convocatório.			Responsáveis: GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva		
Ações de Contingência						
C-01	Notificar o fornecedor sobre a insuficiência na prestação do serviço.			Responsáveis: GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva		
C-02	Comunicar ao Gestor do Contrato para que, se for o caso, seja aberto processo administrativo sancionador.			Responsáveis: GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva		
C-03	Abrir processo administrativo sancionador.			Responsáveis: GELSON ROQUE GUZZON, Adilson Zacarias da Silva		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

---

ADILSON ZACARIAS DA SILVA  
Equipe de planejamento

---

GELSON ROQUE GUZZON  
Equipe de planejamento

---

CESAR AUGUSTO DI  
DOMENICO  
Autoridade competente

## **Anexo III - Anexo 3 - IMR.pdf**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**Instrumento de medição de resultado – IMR**

**1. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

**1.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no “**item 7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**” do termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

**1.1.1** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**1.1.2** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**1.2** Da aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**1.2.1** Os serviços serão aferidos pelo fiscal do contrato, quantitativamente e qualitativamente, nos primeiros cinco dias do mês subsequente ao período de avaliação;

**1.2.2** Verificado o descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado, o fiscal do contrato determinará a adequação do pagamento de acordo com os descontos estabelecidos;

**1.2.3** Para os descontos previstos no Instrumento de Medição de Resultado, através de adequação do pagamento, não será necessária a abertura de Processo Administrativo Sancionador.

**1.3** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN nº 5/2017-MPDG/SEGES, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**1.4** Dos indicadores para a aferição dos serviços e adequação do pagamento:

<b>INDICADOR: Aferição da Prestação dos Serviços de Vigilância Orgânica</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Descrição do Indicador	Proporcionalidade ao atendimento das obrigações estabelecidas no Edital e seus anexos.
Finalidade	Garantir o fornecimento de pneus e serviços relacionados com boa qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.
Metas a cumprir	Garantir que os pneus sejam entregues dentro do prazo máximo de 15 dias e de boa qualidade. Garantir que os serviços sejam realizados com a qualidade desejada dentro do prazo máximo de 48 horas.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo deste anexo.

Forma de acompanhamento	Pelos prazos de entrega e verificação de qualidade dos pneus e serviços pelo fiscal.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	<p>No início de cada mês serão avaliados todos os serviços concluídos dentro do mês anterior para cada ordem de serviço. O somatório de todas as avaliações será utilizado para compor o IMR do mês que está sendo avaliado.</p> <p>O número de critérios aferidos, conforme planilha anexa, mensalmente, refletirá o percentual de alcance da meta (%), ou a glosa pelo não atingimento.</p> <p>Após concluída a avaliação mensal pela fiscalização do contrato, será enviado para a contratada para ciência e concordância.</p> <p>Concluído o processo de avaliação, a contratada deverá emitir a nota fiscal na proporção aferida pelo IMR.</p>
Início da vigência	Data do início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>a) 0 a 3 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura.</p> <p>b) 4 a 6 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura.</p> <p>c) 7 a 9 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura.</p> <p>d) 10 a 12 ocorrências 85% da meta = recebimento 85% da fatura.</p>
Sanções	A existência de mais de 12 (doze) ocorrências, meta abaixo de 85% dos serviços onde constatou-se o não cumprimento dos quesitos presentes na tabela de metas e serviços a cumprir caracterizando-se como inexecução parcial do objeto, podendo ser aplicado multa.
Observações	<p>a) <b>Para ajuste do pagamento</b> não será necessário abertura de processo administrativo.</p> <p>b) <b>Para aplicação da multa</b>, deverá ser instaurado processo administrativo, onde será garantido o contraditório e ampla defesa.</p> <p>c) O Instrumento de Medição de Resultado não restringe nem prejudica a aplicação de demais penalidades previstas no Termo de Referência e seus anexos.</p> <p>d) Não serão consideradas para fins de aplicação deste Instrumento situações caracterizadas como: desastres naturais ou eventos alheios a responsabilidade da contratada.</p>



TABELA DE METAS E SERVIÇOS A CUMPRIR		
Mês/Ano de referência		01/2023
Item	Avaliação da execução	Total de ocorrências
01	Atraso na entrega de pneus (um ponto por dia de atraso injustificado)	
02	Atraso na realização dos serviços (um ponto a cada 2 horas de atraso injustificado)	
03	Não realizar os serviços demandados de acordo com o disposto no Termo de Referência e seus anexos.	
04	Não fornecer suporte, fornecer suporte diferente das especificações ou não realizar as correções quando necessário	
05	Recusar-se a executar o serviço determinado pela fiscalização do contrato injustificadamente	
06	Não cumprir determinações e notificações	
07	Executar serviço de modo incompleto injustificadamente	
08	Não apresentar com presteza e integralidade as informações solicitadas pela fiscalização do contrato	
09	Não apresentar com presteza e integralidade as informações solicitadas pela gestão do contrato	
10	Não manter funcionário com qualificação para executar os serviços contratados	
11	Não manter ferramentas e/ou equipamentos necessários para executar os serviços contratados	
Total de ocorrências do mês		0
% de recebimento da fatura		100%

FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APÓS AFERIÇÃO MENSAL DA FISCALIZAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
	Recebimento de 100% da fatura	0 a 3 pontos
	Recebimento de 95% da fatura	4 a 6 pontos
	Recebimento de 90% da fatura	7 a 9 pontos
	Recebimento de 85% da fatura	10 a 12 pontos

**Anexo IV - Anexo 4 - Ordem de Serviço.pdf**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

ORDEM DE SERVIÇO DE PNEUS Nº XXX/2023

Nº do Protocolo:

Chapecó-SC, 07 de julho de 2023

<b>1. DADOS DO CONTRATO</b>	
Contrato nº	
Fornecedor	
CNPJ	
E-mail	
Telefone	

<b>2. DADOS DO SOLICITANTE</b>	
Servidor Solicitante	
E-mail	
Telefone	

<b>3. DADOS DO VEÍCULO</b>	
Veículo	
Placa	
Km	

<b>4. NECESSIDADE</b>				
Nº Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Total				R\$

ASSINATURA DIGITAL

**Anexo V - Anexo 5 - Modelo de declaração ambiental.  
pdf**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**Proponente:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone:**

**E-mail:**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2023, instaurado pelo Processo de nº 23205.017710/2023-72, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes **quando solicitadas como requisitos para aceitação das propostas** e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021, do IBAMA ([Clique Aqui](#)).

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade/UF, XX de xxxxxx de 2023.

(assinatura digital)

RESPONSÁVEL LEGAL

CPF